

WASHINGTON NOVAES

Os desencontros com os índios

Enquanto se preparam manifestações destinadas a comemorar os 500 anos do encontro das culturas europeias com as culturas indígenas em território brasileiro, os pataxós há há hãe e os pataxós decidiram retomar parte do que consideram suas terras tradicionais, inclusive as que se encontram



Bom tema para o ministro da Justiça, que tanto lutou pelos direitos humanos

dentro do Parque Nacional do Monte Pascoal – local onde o cortejo cabralino e os nativos se viram frente a frente, em 1500. “Estamos cansados de esperar por nossos governantes”, disseram os 19 caciques que tomaram a decisão.

O cansaço é explicável. Para ficar apenas em fatos recentes, a Comissão da Amazônia e do Desenvolvimento Regional, mobilizada pelo deputado Elton Rohneit (PFL-RR) – que, segundo o Conselho Indigenista Missionário, é proprietário de uma mineradora na área –, aprovou projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que estabelece normas para a mineração em áreas indígenas. Não é difícil prever o que acontecerá se o projeto passar por outras instâncias e se transformar em lei: existem no Departamento Nacional de Produção Mineral 30 mil pedidos de autorização para pesquisa em áreas indígenas. (O mesmo senador Romero Jucá, quando presidente da Funai, anulou os estudos que recomendavam a demarcação da área ianomâmi como território contínuo e aprovou outra demarcação de um arquipélago de 16 áreas menores, isoladas, descontínuas. Em seguida, abriu aos garimpei-

ros toda a área e se candidatou a governador de Roraima).

Já o senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR) apresentou projeto de lei que concede anistia a garimpeiros presos, acusados ou condenados por crimes “decorrentes de atividades laborais em áreas indígenas ou de preservação ambiental”.

Pretende que os efeitos da lei se estendam a qualquer situação no passado, “desde que o garimpeiro tenha sido incriminado no exercício da profissão”. Caminho aberto para a impunidade de participantes de episódios como massacres, invasões de áreas indígenas, garimpagem em suas terras.

Bom tema para o ministro da Justiça, que tanto lutou pelos direitos humanos. E que poderia também deter-se na inacreditável decisão de seu antecessor, Renan Calheiros, de reduzir a já demarcada área indígena Raposa-Serra do Sol, igualmente em Roraima.

Os defensores dessas três iniciativas recorrem a duas linhas de argumento: os índios impedem o “desenvolvimento econômico” ou prejudicam a segurança nacional.

Com relação à segurança nacional, deveriam ler o depoimento que prestou à CPI que apura irregularidades na Funai o general Schroeder Lessa, do Comando Militar da Amazônia. Para ele, a demarcação de terras indígenas em áreas de fronteira não prejudica o trabalho daquele comando nem implica risco para a soberania nacional.

Já os defensores de um suposto “desenvolvimento eco-

nômico” a qualquer preço devem estar satisfeitos com outra iniciativa, esta da Ahitar, que administra o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Ela é acusada, pelos próprios antropólogos que contratou, de minimizar, no estudo de impacto ambiental desse empreendimento, os riscos por eles apontados para as 35 comunidades indígenas que vivem ao longo do trajeto da hidrovia.

Os antropólogos acusam a Ahitar de “fraude intelectual”, por haver suprimido do estudo que entregou ao Ibama, “com má-fé e de forma inescrupulosa”, a maior parte do trabalho desses profissionais – segundo eles, com o objetivo deliberado de tornar palatáveis as intervenções que serão feitas em cinco Estados, ao longo dos 2.102 km da hidrovia. Principalmente a dragagem de mais de 2,5 milhões de m³ e o derrocamento (explosão) de mais de 200 mil m³ de rochas e travessões, que afetarão gravemente as condições no rio e em toda a região – 2,5 milhões de m³ de sedimentos retirados do rio significam uma pilha de um metro de largura por um metro de altura e 2,5 mil km de extensão; 200 mil m³ de pedras explodidas significam outra pilha de detritos com a mesma largura e altura e 200 km de extensão. Tudo isso para tentar criar um canal permanente de navegação no Araguaia, que tem intensa movimentação de sedimentos durante todo o ano e não é navegável em pelo menos metade do tempo, porque a lâmina de água não chega a um metro de profundidade. E para transportar grãos que não existem (como ressaltava o primeiro estudo de impacto ambiental).

Queixam-se os antropólogos de que não tiveram à disposição dados sobre solos, vegetação, geologia, regime hí-

drico, fauna ictiológica, mastofauna, flora, saúde e educação dos índios, assim como não tiveram tempo suficiente para os estudos. E asseguram que o projeto não faz o menor sentido para os grupos indígenas: “Estes empreendimentos são dos brancos e para os brancos.” Quanto às obras de dragagem e derrocamento, “não são passíveis de medidas mitigadoras eficazes”.

A direção da Ahitar, como de hábito, procurou desqualificar os críticos: “Certas coisas os antropólogos quiseram colocar no trabalho sem base científica (...). Um antropólogo não entende bulhufas de poluição no rio, por exemplo.” E já anunciou que não aceitará a inclusão, no estudo de impacto ambiental, dos trabalhos suprimidos.

Começa mal, portanto, o processo de avaliação da hidrovia, que tem muitos outros ângulos igualmente polêmicos. De nada parece haver servido a experiência do primeiro estudo de impacto ambiental, rejeitado pelo próprio Ibama e pelos órgãos de licenciamento nos Estados, tais a sua incompetência e deficiências. Depois disso, as obras da Hidrovia Rio das Mortes-Araguaia-Tocantins já foram embargadas pela Justiça, por desrespeitarem direitos indígenas – assim como as da Hidrovia Teles Pires-Tapajós.

Seria lamentável se o novo estudo – ou os projetos apresentados ao Congresso – tomassem o mesmo rumo, às vésperas das comemorações dos 500 anos, quando a atenção no País e no exterior estará voltada em grande parte para a contribuição cultural, científica, política e social dos mais de 200 grupos indígenas que conseguiram sobreviver às agressões.